



Entre o imperialismo e o subimperialismo: a projeção brasileira à Bolívia e ao Peru nos governos Lula da Silva (2003-2010)

Rafael Teixeira de Lima¹

Resumo

Estudar a possibilidade de um subimperialismo brasileiro na região sul-americana no século XXI traz consigo a necessidade da compreensão de como se articula o conceito de imperialismo, teorizado e discutido no início do século XX, como a *etapa superior do capitalismo* monopolístico na visão de Lênin, em uma dinâmica que ganhava força. Mas também, como Ruy Mauro Marini utiliza as contribuições de Lênin, Bukharin, Hilferding, entre outros, para analisar a realidade brasileira e conceber o termo subimperialismo nos anos 1970. Para então apresentar a relação que o Brasil, e a união de seus diversos setores, estabelece com Bolívia e Peru em aspectos da integração da infraestrutura regional que permitem o resgate do conceito de subimperialismo como ferramenta fundamental para a compreensão da realidade regional. Este artigo busca apresentar e discutir tais aspectos.

Palavras-chave: Imperialismo, Subimperialismo, *Brasil potência*, Integração Regional, Neodesenvolvimentismo.

Entre el imperialismo y el subimperialismo: la proyección de Brasil en Bolivia y Perú en los gobiernos Lula da Silva (2003-2010)

Resumen

Estudiar la posibilidad de un subimperialismo brasileño en la región sudamericana en el siglo XXI trae consigo la necesidad de una comprensión de cómo se articula el concepto de imperialismo, teorizado y discutido a principios del siglo XX, como la *fase superior del capitalismo* monopolístico en la visión de Lenin, en una dinámica que fue ganando fuerza. Pero también, como Ruy Mauro Marini utiliza los aportes de Lenin, Bujarin, Hilferding, entre otros, para analizar la realidad brasileña y concebir el término subimperialismo en la década de 1970. Para luego presentar la relación que Brasil, y la unidad de sus diferentes sectores, establece con Bolívia y Perú en los aspectos de la integración de la infraestructura regional que permitan el rescate del concepto de subimperialismo como una herramienta fundamental para la comprensión de la realidad regional. Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir estos aspectos.

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Atualmente pesquisa questões relacionadas à política brasileira de integração regional sul-americana dos governos petistas, subimperialismo, neodesenvolvimentismo e extrativismo.

Palabras clave: Imperialismo, Subimperialismo, *Brasil poder*, Integración Regional, Neodesarrollismo.

Between imperialism and sub-imperialism: the Brazilian projection to Bolivia and Peru in the Lula da Silva (2003-2010)

Summary

Study the possibility of a Brazilian sub-imperialism in the South American region in the twenty-first century brings with it the need for understanding of how to articulate the concept of imperialism, theorized and discussed at the beginning of the twentieth century, as the *upper stage of monopoly capitalism* in Lenin's view in a dynamic that was gaining strength. But also, as Marini uses the contributions of Lenin, Bukharin, Hilferding, among others, to analyze the Brazilian reality and conceive the term sub-imperialism in the 1970s. In order to present the relationship between Brazil, and the unity of its different sectors, established with Bolivia and Peru in aspects of regional integration infrastructure that allow the rescue of the concept of sub-imperialism as a fundamental tool for understanding the regional reality. This article aims to present and discuss these aspects.

Keywords: Imperialism, Sub-imperialism, *Brazil power*, Regional Integration, Neodevelopmentism.

Introdução

Partindo da crítica que Vladimir Ilitch Lênin faz de que o imperialismo seja um defeito próprio de um povo determinado, busca-se neste trabalho entender, em um primeiro momento, como este se vincula à dinâmica da economia capitalista, no início do século XX, e qual seu papel para a reprodução da dependência na periferia do sistema.

Em um segundo momento, como tal conceituação é apreendida e utilizada por Ruy Mauro Marini para a realidade brasileira dos anos 1960 e 1970, quando da teorização de um subimperialismo na região, e quais os fatores que o levavam a crer que o Brasil desempenhava esse papel no plano regional.

Partindo destas bases, busca-se na parte final, relacionar as contribuições tanto dos teóricos do imperialismo, no início do século XX, quanto da concepção desenvolvida de subimperialismo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 por Ruy Mauro Marini, para discutir a presença brasileira nos vizinhos Bolívia e Peru, no que se refere a projetos de infraestrutura, ponderando os diversos interesses, grupos envolvidos, perspectivas para a integração regional nestes marcos, em uma linha tênue que divide a expansão autônoma com a *liderança solidária* brasileira e um projeto subimperialista.

Aportes da Teoria do Imperialismo para a compreensão da dependência da América Latina e da conceituação do Subimperialismo po Ruy Mauro Marini

O desenvolvimento do capitalismo como sistema econômico dominante na Europa, principalmente na Inglaterra, passa a incorporar, entre 1860 e 1870, novas características específicas dentro de seu processo histórico, quando a abertura dos mercados e o estímulo à livre concorrência permitiram ampliar a concentração e centralização de capitais, as quais, para Marx (1989), conduzia, após certo grau de desenvolvimento, ao monopólio.

Décadas mais tarde, vários autores passam a desenvolver estudos acerca dessa nova configuração do capitalismo, preponderante para a conformação dos polos de forças e conflitos do século XX. Para Hobson, em sua obra intitulada *O Imperialismo*, de 1902:

O novo imperialismo distingue-se do velho primeiro por substituir a ambição de um único império crescente pela teoria e pela prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticas aspirações de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros ou relativos ao investimento de capital predominam sobre os interesses comerciais (HOBSON, 1902 apud LÊNIN, 2012, p. 127-8).

Lênin, em *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*, de 1916, fornece contribuições ímpares para a compreensão da articulação entre o conceito de imperialismo com a nova etapa à qual o capitalismo estava se estruturando, qual seja:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a transformar-se em seu contrário, quando as características de uma época de transição do capitalismo a uma ordem econômica e social superior ganharam corpo e se revelaram em todas as esferas. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas (LÊNIN, 2012, p. 123).

A consolidação, após a crise de 1873, e a expansão dos monopólios, em forma de cartéis e trustes, garantiram as bases para o estabelecimento de uma nova característica do capitalismo mundial. A partir do início do século XX, o imperialismo passa a ser definido, por Lênin (2012) como o estágio monopolista (e superior) do sistema capitalista, contrapondo, nesse sentido, a visão defendida por Kautsky, vinculada exclusivamente à anexação de regiões agrárias e tecendo uma análise unilateral e arbitrária, ao analisar somente o problema nacional.

Para ele, “O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda nação capitalista industrial em submeter ou anexar regiões agrárias cada vez mais extensas, independentemente da nacionalidade de seus habitantes” (KAUTSKY, 1914 apud LÊNIN, 2012, p. 126).

Para Lênin, a anexação de regiões agrárias constituía parte dos interesses das nações imperialistas, mas não configurava nem a totalidade nem a centralidade da análise, uma vez que os monopólios passavam a dominar diversos setores da economia (a agricultura, a indústria e os serviços), buscando ampliar suas bases materiais, sem contribuir para a compressão, mas sim para a ampliação das possibilidades de crises sistêmicas. “A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses, cujo principal empenho está em embelezar o capitalismo. Ao contrário, o monopólio que se cria em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de toda produção capitalista em seu conjunto” (LÊNIN, 2012, p. 51).

Bukharin (1915) destaca que a política imperialista não pode se restringir a uma definição de “política de conquista” ou “política de violência”, mas que é fundamental a construção de uma análise sobre a qual ela se desenvolve e a cuja expansão se destina.

Outro aspecto fundamental é o da importância dos bancos para a consolidação dos monopólios, uma vez que estes passam a representar instituições com grande protagonismo em toda a dinâmica capitalista mundial. É exatamente a fusão dos capitais bancário e industrial, que dará origem ao capital financeiro, cuja política é a base do imperialismo (BUKHARIN, 1915; HILFERDING, 1985; LÊNIN, 2012), ou seja:

Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam (HILFERDING, 1985, p. 219).

Em contraposição à primazia da livre concorrência e da exportação de mercadorias, o novo período do capitalismo insurgente embasado na ideia dos monopólios se estrutura, principalmente, pela exportação de capital. A concentração desse capital acelera a absorção de empresas mais fracas e a centralização faz crescer a acumulação do capital individual, agravando, portanto, o processo de concentração (BUKHARIN, 1915, cap. X), do sistema

capitalista em sua fase imperialista.

Ainda para Bukharin (1915), o capital financeiro possui tamanha influência sobre o Estado nacional que sua economia se transforma em um “gigantesco truste combinado”, geridos pelos interesses dos grupos financeiros em articulação com o próprio Estado. Desta forma, a exportação de capitais para regiões periféricas do sistema mundial se torna imprescindível para a ampliação das relações de dominação econômica e acirramento das desigualdades da divisão internacional do trabalho.

A América Latina configura um exemplo claro da estruturação da divisão internacional do trabalho, uma vez que se especializa, em grande medida, na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas que possuem baixo valor agregado no mercado internacional e na importação de produtos industrializados de alto valor, produzidos e fornecidos pelos centros.

Com a fusão do capital bancário com o industrial e o surgimento do capital financeiro, ocorre uma grande expansão do sistema de créditos aos países periféricos que buscam, então, financiamentos e investimentos no sistema de transportes, infraestrutura e serviços.

Combinado ao sistema creditício garantido pelos bancos, o imperialismo também conta com a expansão massiva de grandes corporações multinacionais, que, a partir de fusões e da concentração e centralização de capital garantem o monopólio em um determinado setor, por meio de trustes, cartéis, não somente sendo preponderante para extinguir empresas incipientes de menor porte como para ampliar as contradições do sistema, principalmente nos países da periferia, conforme retrata Bukharin no trecho:

A fase do capitalismo financeiro revolucionou tudo. O centro de gravidade é transferido para a concorrência que se movem corpos econômicos gigantesco, coerentes e organizados, dispondo de imensa capacidade combativa, para uma peleja mundial de nações. O processo de centralização do capital transforma-se e entra em uma fase superior. A absorção de pequenos capitais, de trustes por demais fracos e mesmo de grandes trustes, passa a um segundo plano, diante da absorção de países inteiros, arrancados violentamente a seus centros econômicos e integrados no sistema econômico das nações vitoriosas (BUKHARIN, 1915, cap. X).

Dentro dessa dinâmica, a expansão cada vez maior dos capitais às regiões periféricas garante o surgimento de um componente que se nutre de forma crescente do capital financeiro em detrimento do capital, especialmente, produtivo, industrial: o parasitismo. Lênin acredita que o capitalismo parasitário molda Estados rentistas que se tornam cada vez mais credores de outros países e menos industriais ou produtivos, ao ponto de afirmar, em 1916, que “O rendimento dos rentistas é cinco vezes maior que o do comércio externo do país mais

‘comercial’ do mundo! Eis a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista!” (LÊNIN, 2012, p. 139).

Em síntese, a fundamentação analítica que Lênin (2012) concebe ao imperialismo é estabelecida por cinco características que se complementam: especificidade da concentração da produção e do capital ao ponto de gerar monopólios em todos os âmbitos da atividade econômica; a fusão do capital bancário com o capital industrial, concebendo o capital financeiro como nova dinâmica da economia mundial, ao que ele vai denominar de “oligarquia financeira”.

Além disso, a superação da exportação de mercadorias pela exportação de capitais e pelo sistema de fornecimento de créditos aos países periféricos; a formação de grandes conglomerados capitalistas que realizam a partilha do mundo entre si como mercados potenciais; e, por fim, a conclusão da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas que assumem tal posição de imperialistas.

Com tais características atribuídas ao imperialismo, a guerra figura como um elemento inevitável em um sistema internacional marcado pela desproporção entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, uma vez que os grandes monopólios buscam sempre expandir seus capitais financeiros a novas zonas de influência, ampliando seu caráter rentista e a consequente dependência de regiões como a América Latina.

O Subimperialismo brasileiro para Ruy Mauro Marini

Após esta breve retomada de algumas ideias clássicas acerca da constituição do imperialismo dentro da dinâmica do capitalismo, cabe agora apresentar como tal conceituação é associada à realidade brasileira dos anos 1960 e 1970 por Ruy Mauro Marini. Tomando por base o momento de reconfiguração da divisão internacional do trabalho e do surgimento de novos centros que passam a ocupar uma posição intermediária entre o centro e a periferia (PRECIADO, 2008; LUCE, 2011, p. 1), discute-se a existência de um projeto da ditadura militar brasileira que vinculava a sua política externa aos interesses dos Estados Unidos, com a intenção de assumir posição de potência regional na América do Sul (ZIBECHI, 2012, p. 31).

Assim como o período de hegemonia britânica criou e consolidou o mercado mundial, o período de hegemonia estadunidense, para Marini, seria o da “integración imperialista de los sistemas de producción” (MARINI, 1977, p. 3). Tal afirmação era confirmada pela

expansão cada vez maior das empresas multinacionais (empresas que tem 25% ou mais de seus investimentos, produção, emprego ou vendas no exterior) de capital estadunidense, em uma variedade muito grande de atividades, que contribuíam para que, em 1968, o país controlasse 25% do produto nacional bruto mundial (ZIBECHI, 2012, p. 42).

Para Marini, da mesma forma que o subdesenvolvimento não era considerado uma etapa anterior do desenvolvimento, senão uma forma específica de capitalismo *sui generis*, que se faz necessário dentro da dinâmica de produção e reprodução do sistema, o imperialismo não era visto de forma dissociada da dependência, conforme ressalta no trecho: “Para a teoria da dependência (...) o imperialismo não é algo externo à dependência. Pelo contrário, o imperialismo permeia toda a economia e a sociedade dependentes, representando um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas, de seu Estado, de sua cultura” (MARINI, 1992, p. 90).

Não obstante, o desenvolvimento do capitalismo em sua forma monopolista nos países centrais, garantiu que a expansão de capitais a regiões periféricas promovessem uma indústria incipiente em alguns desses países, favorecida pela ocorrência da II Guerra Mundial e o redirecionamento de esforços das grandes potências no tocante ao comércio internacional. Essa nova dinâmica favoreceria a construção de uma posição subimperialista:

Como quiera que sea, la expansión y aceleración tanto de la circulación de capital productivo como de la circulación del capital dinero han ido configurando una nueva economía mundial capitalista, que reposa sobre un esquema de división internacional de trabajo distinto al que regía antes de la crisis mundial que mencionamos inicialmente. Pasó el tiempo del modelo simple centro-periferia, caracterizado por el intercambio de manufacturas por alimentos y materias primas. Nos encontramos ante una realidad económica en que la industria asume un papel cada vez más decisivo. Esto es cierto aún cuando el capital industrial se amplía y fortalece en áreas extractivas y agrícolas; lo que es todavía más, cuando consideramos la extensión y diversificación a escala mundial de la industria manufacturera. El resultado ha sido un reescalamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación – que son también potencias capitalistas medianas -, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo (MARINI, 1977, p. 8).

Ao entender o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro, Marini indica dois componentes básicos de sua constituição, quais sejam: uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais; e o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não somente se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em

escala internacional (MARINI, 1977, p. 17).

Na América Latina, os países que mais se aproximam das condições teorizadas por Marini são Brasil, México e Argentina, ao passo que alcançam composição do ciclo do capital e níveis de industrialização insuficientes para que assumam uma posição de grande potência imperialista, mas, ao mesmo tempo, suficientes para se diferenciarem das economias dos demais países da região. Apesar disso, ele sustenta que “Planteado en esos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza” (MARINI, 1977, p. 17).

Para justificar a exclusividade do Brasil, no contexto da América Latina, como potência subimperialista, ele ressalta que este fenômeno não se embasa unicamente em aspectos econômicos, mas do processo de luta de classes no país, com o rompimento da democracia em 1964 e a instauração de um projeto político da tecnocracia militar que assume o poder nesse momento.

A política expansionista brasileira, teorizada pela Escola Superior de Guerra (ESG) tinha Golbery do Couto e Silva como Chefe do Serviço Nacional de Informações do governo do general Castello Branco e organizador e primeiro titular do novo serviço de inteligência. Entre suas propostas estavam a aliança com os Estados Unidos contra o comunismo, a expansão interna até a Amazônia, para ocupar *espacios vacios* do território brasileiro, e a expansão externa até o Pacífico para cumprir o *destino manifesto* do Brasil, tendo como objetivo geral que norteia todos esses intentos, o controle do Atlântico Sul (ZIBECHI, 2012, p. 36).

Sendo a ESG um fórum privilegiado de formulação doutrinária conjunta entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, com o objetivo de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o planejamento da segurança nacional, a ideia de *Brasil potência* estava no horizonte dos geopolíticos e formuladores de políticas das décadas de 1960 e 1970.

O fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo era visualizado com o objetivo de projetar internacionalmente as singularidades brasileiras no contexto dos países emergentes, particularmente dos sul-americanos. Dessa forma, aceitava-se a hegemonia norte-americana no Atlântico Sul, reservando o direito *inalienável* do Brasil de exercê-la no futuro (RAMANZINI JR.; VIGEVANI, 2012, p. 125).

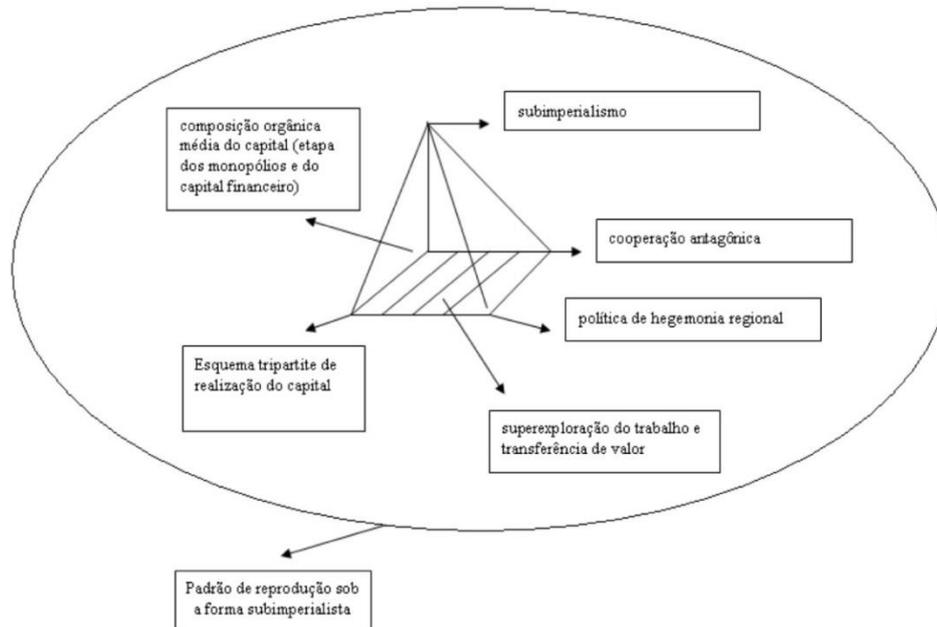
Marini descreve a posição brasileira naquele momento como direcionada a “convertirse en el centro de irradiación de la expansión imperialista en América Latina,

creando inclusive las premisas de un poderio militar propio” (MARINI, 1974, p. 74). A ideia, formulada pela ESG, de que o Brasil deveria *ou se expandir ou perecer* ganhou notoriedade no conjunto da sociedade brasileira, atingindo setores da burguesia nacional que buscavam o estreitamento de relações com o Estado (ZIBECHI, 2012, p. 41).

A existência de uma *cooperação antagônica* dada pela relação entre a superpotência hegemônica e um país medianamente desenvolvido possibilitou a criação de “una simbiosis entre los intereses de la gran industria y los sueños hegemónicos de la élite militar” (MARINI, 1974, p. 71). As burguesias nacionais, cientes de sua incapacidade de competir em mesmo grau de importância e influência das dos centros imperialistas, buscavam, mediante associações com o Estado nacional, organizar suas forças e obter vantagens com o projeto subimperialista (MARINI, 1977, p. 21).

Mathias Luce sintetiza a ideia de Marini na teorização do subimperialismo, ao qual o Brasil era associado, nas décadas de 1960 e 1970 a partir de quatro variáveis: a composição orgânica média nacional do capital, com a presença com certo grau de operação do capital financeiro e dos monopólios capitalistas na economia dependente; o esquema tripartite de realização de mercadorias (mercado externo, Estado e consumo suntuário); a hegemonia em um subsistema regional de poder para garantir o desenvolvimento do setor de bens duráveis em uma economia dependente; e, por fim, a política de cooperação antagônica de um país dado com relação ao imperialismo dominante (conforme esquema da figura 1, reproduzida abaixo) (LUCE, 2011, p. 14).

Figura 1. Nexos categorias do subimperialismo



De forma complementar às variáveis sintetizadas por Luce, apesar de divergências de abordagem no tocante ao subimperialismo brasileiro, Zibechi afirma que a tese do subimperialismo se articulava em três eixos:

[...] la hegemonía absoluta de los Estados Unidos en el mundo, la existencia de centros medianos de acumulación, dependientes del centro, que mantenían una relación de cooperación antagónica con Estados Unidos y que a la vez practicaban formas de expansionismo en la región, y la existencia de un proyecto político subimperialista que de alguna manera encarnaba la ditadura militar (ZIBECHI, 2012, p. 42).

A retomada do debate do Subimperialismo na caracterização dos governos Lula da Silva (2003-2010): Casos na Bolívia e no Peru

Uma das questões principais que norteia a escrita deste artigo é qual a validade e a pertinência de retomar os estudos do imperialismo e o grande aporte de Ruy Mauro Marini nos anos 1960 e 1970 na conceituação de subimperialismo para a compreensão das estratégias e do projeto de integração da infraestrutura regional na América do Sul, liderado pelo Brasil a partir do primeiro governo Lula da Silva em 2003.

Tendo em mente esse questionamento, nesta terceira e última seção, busca-se apresentar alguns exemplos de atuação brasileira que permitam discutir a validade ou não

desse conceito, bem como a contraposição entre a possibilidade de uma expansão autônoma frente aos ditames do imperialismo rumo à construção de uma *liderança solidária* para a região e, por outro lado, a reafirmação de um subimperialismo revigorado e adaptado ao século XXI.

Seguindo essa linha de raciocínio, um dos fatores políticos que permitiu o processo expansionista brasileiro, apesar de continuar submetido ao capital financeiro internacional, foi a legitimação desse projeto por diplomatas e formuladores de políticas do governo Lula. De fato, houve um cuidado do Itamaraty para que a imagem do Brasil não fosse vinculada a um subimperialismo e que a ideia da cooperação Sul-Sul fosse fortalecida, bem como a importância do Brasil para a integração regional no subcontinente, mediante a construção de uma “liderança solidária” que permitisse o desenvolvimento de todos os países de forma conjunta.

O que se observou na prática é que, em muitos casos, a *liderança solidária* deu lugar aos interesses do projeto político de se tornar uma potência regional no sistema internacional e que, no plano econômico, conseguiu articular seus interesses com os das elites brasileiras. Luce (2010) ilustra a advertência do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim de que o Brasil cortaria empréstimos do BNDES (o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil) para a aquisição de tratores, se acontecesse algo com as propriedades de latifundiários brasileiros no departamento de Santa Cruz, quando estava sendo debatida a reforma agrária na Bolívia.

Se Marini teoriza o subimperialismo no exílio, graças ao cenário de grandes hostilidades proporcionadas pela ditadura militar brasileira, Zibechi (2012) traz um exemplo de como a intervenção brasileira foi preponderante para a consolidação do golpe de Estado do general Hugo Banzer na Bolívia contra o governo de Juan José Torres, em agosto de 1971:

La intervención en Bolivia se asentó en dos tesis en ese momento en boga entre los militares brasileños: “la doctrina del cerco”, que decía que Brasil estaba rodeado de regímenes hostiles, y la “guerra ideológica preventiva” para neutralizar esa situación. El golpe partió de Santa Cruz, donde ya se asentaban poderosos empresarios brasileños, convertida en la base territorial de los golpistas [...] El 15 de agosto, cuatro días antes del golpe, Brasil había declarado la movilización de tropas en la frontera; los aviones que llevaban armas a militares y civiles golpistas ostentaban la bandera brasileña (ZIBECHI, 2012, p. 37).

Tal esforço brasileiro empreendido na Bolívia traria bons frutos: acordos comerciais que garantiam ao Brasil preços preferenciais na compra de petróleo, gás, manganês e minério de ferro (QUIROGA, 1982). Mas o projeto *Brasil potência* era mais ambicioso do que isso,

buscando desenvolver vias de comunicação com o Pacífico com a construção de uma ferrovia entre Santa Cruz e Cochabamba, dentro de um projeto maior de interconexão entre Santos, no Atlântico e Arica, no Pacífico chileno. Zibechi (2012) ressalta com muita perspicácia, que tais objetivos não sairiam da pauta brasileira para a região, mas seriam retomados décadas depois com outro nome: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, a IIRSA.

Portanto, surge a necessidade de construção de estradas a fim de estabelecer a interligação entre regiões produtoras e centros de exportação, sendo as grandes construtoras brasileiras, como a OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, que passam a ver na América do Sul e Latina uma grande oportunidade de expansão de seus negócios, grandes agentes promotoras desses projetos (*neo*)desenvolvimentistas.

No caso polêmico e controverso da construção da estrada de interconexão das regiões de Villa Tunari e San Ignacio de Moxos, cruzando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure (*TIPNIS*), ponto central e estratégico do território boliviano que conta com 6 mil habitantes, em 34 comunidades e 68 territórios protegidos, segundo a CIDOB (Confederação Nacional de Povos Indígenas da Bolívia), mas também por sua capacidade de expansão do setor cocaleiro e da exploração de hidrocarbonetos, Espinosa García afirma que:

La construcción está a cargo de la empresa brasileña OAS Ltda., con la cual se ha hecho un contrato llave en mano. Según este contrato "la empresa contratista se hace cargo del diseño y la construcción de la carretera a su cuenta y riesgo, por lo que no tiene supervisión". Se financia en un 80 % con un crédito del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) del Brasil y en un 20 % con una contraparte provista por las gobernaciones de Cochabamba y Beni. De acuerdo a las condiciones con las que ha sido otorgado el crédito, "todos los insumos para la construcción de la carretera son traídos del Brasil (ESPINOSA GARCÍA, 2011, P. 16).

Dessa forma, os interesses de setores da alta burguesia brasileira (seja ela ligada aos bancos fornecedores de empréstimos, ao ramo da construção de obras de infraestrutura, ao agronegócio, ou do setor energético) convergem com a expansão de mercados e capitais proporcionadas pelo BNDES, uma das condições que ressalta Lênin para a reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho e o surgimento do imperialismo como etapa superior do capitalismo e Marini, ao trabalhar com a ideia de surgimento de centros medianos de acumulação, tendo alguns países da periferia alcançado a etapa dos monopólios e do capital financeiro.

Com a argumentação da necessidade de interligar regiões desconectadas da América do Sul, o Brasil não supera sua economia dependente dos latifúndios de soja e cana-de-açúcar,

mas ampliando a possibilidade de créditos e financiamentos à Bolívia e ao Peru, consolida a expansão de uma união entre vários setores nacionais que buscam garantir o monopólio dos *negócios sul-americanos* em matéria de infraestrutura, não rompendo o modelo de economia dependente que nos caracteriza, mas pelo contrário, permitindo seu aprofundamento.

A construção de uma estrada que interconecte regiões do centro-oeste ou da região amazônica brasileira são orientados por variados interesses que movimentam os projetos de infraestrutura. Pode tanto servir para o escoamento da produção agrícola brasileira aos mercados asiáticos (servindo nesse caso os territórios bolivianos e peruanos como locais de passagem ao pacífico), como para a expansão do acesso a recursos minerais, vegetais, hidrocarbonetos (fomentando assim o neoextrativismo), que com as novas vias passam a ser mais acessíveis e facilmente exploráveis.

Nessa linha, Zibechi salienta que a posição brasileira não se restringe a indicadores e interesses econômicos: “Pero el subimperialismo no es un fenómeno exclusivamente económico. No sólo exporta manufacturas sino también capital y, más importante aún desde este punto de vista, entra en la rapiña de recursos naturales, materias primas y fuentes de energía” (ZIBECHI, 2012, p. 35).

A expansão dos projetos de construção de hidrelétricas durante os governos petistas (2003-2014) seja em regiões da Bacia Amazônica brasileira como o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (usinas de Santo Antônio e Jirau no estado de Rondônia) e a de Belo Monte no estado do Pará, representam uma grande demanda do setor industrial brasileiro, sobretudo da região sudeste, por energia como uma fonte indispensável para a manutenção de seus negócios.

Tal demanda se mostra tão elevada que ocorre a criação de projetos de construção de hidrelétricas na Amazônia boliviana e peruana, sob a institucionalidade da IIRSA e das construtoras e capitais dos fundos de financiamento, entre os principais a CAF (Corporação Andina de Fomento), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o BNDES.

A dinâmica de controle estabelecida pelas empresas brasileiras se dá em três modalidades: fusões, aquisições e investimentos diretos (exportação de capitais); importação de energia barata, estimulando a construção de novos megaprojetos como as hidrelétricas de Cachuela Esperanza (no rio Madre de Dios) na Bolívia e de Inambari (na confluência entre os rios Inambari e Arazá) no Perú; e por meio da reconfiguração do território sul-americano, para que sirva aos interesses da exportação de mercadorias brasileiras aos grandes mercados do Pacífico (estradas Santos-Arica, no extremo norte do Chile, passando pelo território boliviano e Acre-Puerto Maldonado, no sudeste do Peru) (LUCÉ, 2010, p. 4-5).

No caso do Peru especificamente, a sua extensa rede fluvial desperta o interesse brasileiro pela construção de hidrelétricas, objetivando a geração e o fornecimento de energia, o que levou a protestos e mobilizações de movimentos da sociedade civil, estudantes e ambientalistas nas regiões de Puno, Cusco e Madre de Dios, no sul do país, em dezembro de 2009 contra a construção da hidrelétrica de Inambari. No ano seguinte, o Brasil intensifica seu interesse em produzir energia no país:

El 16 de Junio de 2010 los gobiernos de Perú y Brasil firmaron un acuerdo para el suministro de electricidad a Perú y la exportación de excedentes a Brasil. La suma del potencial de las cinco hidroeléctricas que se construirán será de 6.673 MW (actualmente Perú consume 5.000 MW), de los cuales el 90% se exportarán a Brasil. Los proyectos fueron desarrollados por Eletrobrás, cuyas inversiones beneficiarán a otras empresas brasileñas encargadas de la construcción de las obras, como Odebrecht, OAS y Andrade Gutierrez. Las empresas peruanas, como Electroperú, no participaron en el proceso (ZIBECHI, 2012, p. 29).

Outro setor que desperta o interesse brasileiro é o de mineração, desenvolvendo gradativa ampliação do controle de gestão e exploração de tais recursos, por meio das mineradoras brasileiras multinacionais (Vale, Votorantim, Gerdau, entre outras). Dessa forma, o capitalismo brasileiro se apropria de novos recursos, espaços e possibilidades de crescimento na América do Sul (caucado em velhos interesses), sem, contudo, superar sua condição de dependente frente ao imperialismo estadunidense e o avanço chinês, mas contribuindo para ampliar os conflitos e as assimetrias com relação aos vizinhos, de modo que:

En la actualidad, el capitalismo brasileño controla un porcentaje importante de las principales fuentes de divisas de los países de la región: los hidrocarburos en Bolivia; la minería en Perú; la ganadería y los frigoríficos en Uruguay; la energía de Itaipu y la soya en Paraguay. Argentina que disputaba el liderazgo de Cono Sur con Brasil ha tenido importantes ramas absorbidas por grandes empresas brasileñas en estos años (LUCÉ, 2010, p. 1).

Considerações finais

Neste breve e introdutório artigo, buscou-se abordar o caráter e os desdobramentos do imperialismo, na visão de pensadores marxistas clássicos, discutindo o processo de consolidação dos monopólios, a exportação de capitais em detrimento da exclusividade das mercadorias, dentro da preponderância do capital financeiro, originário da fusão entre os capitais industrial e bancário. Dessa forma, cria-se de um lado economias rentistas, que veem

na expansão imperialista a única forma de sustentar o parasitismo que as caracteriza, e de outro, a dependência, característica das regiões periféricas e semi-periféricas.

Portanto, para entender a concepção de Marini sobre o subimperialismo e a sua atualidade para o estudo dos projetos de infraestrutura do governo brasileiro na Bolívia e no Peru, a partir de 2003, são necessárias algumas ponderações: (1) compreender o subimperialismo como indissociável do imperialismo, sem possuir a totalidade de suas características, por estar atrelado a uma economia dependente, apesar de alcançar condições monopolísticas; (2) a junção de interesses de diversos setores (Estado, burguesias *nacionais*, diplomacia, intelectuais) para a construção de um projeto que garanta ao Brasil uma posição de potência regional no sistema internacional.

Nesse sentido, (3) a criação de mecanismos institucionais, a aliança com multinacionais brasileiras e o suporte de instituições de financiamento que concentrem capitais ao ponto de necessitar de projetos regionais para a expansão de seus clientes e mercados; (4) e, por fim, os impactos ambientais, sociais, culturais, muito além dos aspectos políticos e econômicos, que são consequências da expansão dos monopólios brasileiros em todos os setores, ampliando a exploração da força de trabalho, às custas de matrizes neoextrativistas e monocultoras que acirram desigualdades, a dependência econômica, e dificultam avanços em um modelo de integração regional que priorize os povos latino-americanos em sua essência.

Referências

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Notas sobre as bases teóricas da Teoria Marxista da Dependência. In: NEVES, Lafaiete Santos (Org). **Desenvolvimento e Dependência. Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba: CRV, 2012.

ARISMENDI, Marco Octavio R. **La amenaza del IIRSA en Bolivia**. La Paz: LIDEMA, 2008.

BUKHARIN, Nikolai I. **O Imperialismo e a Economia Mundial** (1915). Disponível em: marxists.org.

ESPINOSA GARCÍA, Oscar. Carretera Villa Tunari – San Ignacio: Aspectos técnicos, económicos y legales, **Revista Tecnología, Investigación y Docencia** – Universidade Mayor de San Andrés, v.6, n.6, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. As instituições financeiras e a integração na América do Sul'. In:

VERDUM, Ricardo (org.). **Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação Da dinâmica regional sulamericana.** Brasília: Inesc, 2008, p. 21-47.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, Estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,** São Paulo, julho 2011.

_____. El subimperialismo brasileño en Bolivia y América Latina. Boletim n. 83, **Serviço de Notícias Ambientais (SENA)** do FOBOMADE, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: Dependência e integração.** São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

_____. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo.** Siglo XXI, México, 1977.

_____. **Subdesarrollo y revolución,** Siglo XXI Editores, México, 1974.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1, vol. 1 e 2. São Paulo: Difel, 1989.

PRECIADO, Jaime. América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. **Caderno CRH,** v. 21, 2008, p. 253-268.

QUIROGA, Marcelo. **Santa Cruz, Oleocracia o Patria,** Siglo XXI, México, 1982.

RAMANZINI JR., H. e VIGEVANI, T. Pensamiento brasileño y integración regional. In: BRICEÑO RUIZ, José; CASAS GRAGEA, Ángel M.; RIVAROLA PUNTIGLIANO, Andrés (eds.). **Integración latino-americana y caribenha: política y economía.** México: Fondo de Cultura Económica de España, 2012.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo.** Málaga: Baladre/Zambra, 2012.